

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO IV Nº 131 Rio de Janeiro, de 13 a 19 de junho de 2006

Igualdade na ordem do dia

Leandro Marins



A Constituição Federal afirma, no caput do artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei”. O Código Civil brasileiro, no entanto, não reconhece legalmente a união entre pessoas do mesmo sexo – o que, segundo juristas, põe em xeque o preceito constitucional. No próximo dia 28 de junho, é comemorado o Dia Nacional do Orgulho Gay, e os parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio estão em compasso com a data nacional. Leis, projetos e uma frente parlamentar suprapartidária estão na ordem do dia, para combater cada vez mais o preconceito aos homossexuais. “Vivemos em uma sociedade democrática e devemos legislar para todos”, lembra a

deputada Alice Tamborindguy (PSDB), integrante da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual. Ela é autora do projeto de lei 3.250/06, que autoriza o Executivo a criar uma delegacia especializada para o atendimento a homossexuais. “A agressão física e verbal sofrida pelos homossexuais é uma violação aos direitos humanos. Assim como existem a Delegacia da Mulher e a dos turistas, a delegacia especializada no atendimento a homossexuais é fundamental para a nossa dignidade”, defende a presidente do Movimento de Gays, Travestis e Transformistas (MGTT), Loren Alexandre.

PÁGINAS 4 e 5

Alerj prepara-se para realizar licitações por pregão eletrônico

PÁGINA 3

Em debate: tributação da exportação de armas

PÁGINA 6

Comissão move ação contra fabricantes de TVs de plasma

PÁGINA 7

Craques no saibro e no Parlamento

FUNCIONÁRIOS DA CASA JOGAM TÊNIS NAS HORAS VAGAS E GARANTEM MELHORIA DO DESEMPENHO NO TRABALHO

CLARISSE BRETAS

Elas não têm a pretensão de abandonar o trabalho na Assembléia Legislativa do Rio para virar ídolos das quadras de saibro, mas nem por isso os funcionários tenistas da Casa se dedicam menos a este esporte, quando têm um tempinho sobrando. Os motivos que movem o diretor-geral de Finanças, Colbert Abdala Filho, o subchefe do mesmo departamento, Lauro Pereira, o diretor-geral de Administração, Carlos Cardoso de Moraes, o assessor da Mesa da Presidência Renato Queiroz e o assessor do deputado Sivuca (PTdoB), Marco Antônio Leal, são diferentes, mas a paixão é a mesma. Partindo do frescobol ou apenas visando à melhoria física, esses funcionários garantem: a prática do tênis aumenta a produtividade deles no trabalho. E os treinos levados com afinco rendem frutos. Carlos (o China), por exemplo, tem em seu currículo dois vice-campeonatos em um torneio de duplas, em Cabo Frio.

Colbert lembra que começou a jogar tênis com Lauro e mais dois amigos, depois da primeira vitória de Gustavo Kuerten no torneio de Roland Garros: “Outros amigos ficaram sabendo e foram

se juntando ao nosso grupo”. Carlos confirma que se iniciou no esporte por causa de Lauro e Colbert, há cerca de três anos. “Antes disso, minha única experiência com bola e raquete havia sido no frescobol. Tive que tomar algumas aulas de tênis para aprender”, revela o diretor de Administração. O frescobol também foi o ponto de partida de Marco Antônio. Ele concorda com o colega da Casa sobre as diferenças entre os dois esportes, mas ressalta: “O tênis é mais organizado”. Ele, que joga há cinco anos, faz do tênis uma terapia. “É um lazer, e de quebra diminui minhas tensões do dia-a-dia”, garante o assessor.

A melhoria do condicionamento físico também é notada pelos funcionários tenistas. “É um esporte em que não se depende de ninguém, só do seu próprio esforço, condicionamento físico, rapidez e raciocínio. É um desafio, pois tenho que estar me superando a cada partida”, afirma Queiroz. Já Lauro considera que a grande vantagem do tênis é ser um esporte individual. “Você desenvolve seu jogo sozinho, no seu ritmo”, acrescenta. O diretor-geral de Administração afirma que o tênis é um esporte mais leve que o futebol, por exemplo, mas ressalta: “É como andar de bicicleta: tem que se habituar”.

Arte de Pedro Koblitz sobre foto de Rafael Wallace



Assessor da Mesa da Presidência, Renato Queiroz é tenista nas horas vagas

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Sivuca

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1ª Secretária:

Graça Matos

2ª Secretária:

Léo Vivas

3ª Secretária:

Marco Figueiredo

4ª Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Aline Leal, Clarisse Bretas,

Dafne Capella, Fabiano Veneza,

Lilian Dias, Luciana Mendes,

Marcela Maciel, Sérgio Jardim,

Phelipe Cruz, Thayssa Plum

Fotógrafo:

Rafael Wallace

Diagramação:

Pedro Koblitz

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Temos que instar o Ministério Público a investigar a sonegação, mas principalmente a sonegação que está obrigatoriamente aliada à corrupção.”

Luiz Paulo (PSDB), sobre a investigação movida pela Secretaria estadual de Receita, para apurar a queda de arrecadação de ICMS no estado



“É obrigação da Secretaria da Receita fornecer as informações que solicita a Comissão de Tributação, criada após a CPI do Propinoduto. Está se vendo que muito precisa ser feito.”

Jorge Picciani (PMDB), anunciando que a Casa pode ir à Justiça para garantir o envio à Alerj de informações sobre a queda de arrecadação do estado

“Gostaria de vibrar e dizer: ‘O Brasil é campeão, campeão em número de pessoas que obtêm seus direitos.’”

Caetano Amado (PL), sobre a torcida pelo Brasil na Copa do Mundo

Compras transparentes e mais baratas

ALERJ FIRMA CONVÊNIO COM BANCO DO BRASIL E ADOTA PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

MARCELA MACIEL

No início de junho, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro assinou convênio com o Banco do Brasil, para a adoção do pregão eletrônico nas licitações realizadas pela Casa. O contrato ocorreu cerca de 30 dias após a publicação do Ato Normativo 516/06, que regulamenta o pregão eletrônico – sistema destinado à aquisição de bens e serviços comuns através da Internet. Neste sistema, a disputa nas licitações é feita à distância e pode ser acompanhada por qualquer cidadão, dando mais transparência à utilização do dinheiro público.

Para o chefe de gabinete da 1ª Secretaria da Alerj, Marcus Billé, o pregão eletrônico é um caminho sem volta. “A vantagem na utilização deste sistema é a celeridade do processo que resulta, pelo amplo sistema de disputa, na economia de recursos. Até porque o caminho aqui é inverso: em primeiro lugar, negociamos os preços”, disse. Billé visitou a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, pioneira na utilização do método – o Parlamento mineiro utiliza o pregão eletrônico desde 2003 – e aproveitou para tirar todas as dúvidas restantes após os dois cursos para formação de pregoeiros organizados pela Casa, dos quais participaram 20 funcionários, no final de 2005. “A visita foi muito importante, porque recebemos orientações do gestor do sistema e tivemos a oportunidade de ver uma demonstração dele no ar”, disse.

Além da agilidade e da transparência no gasto do dinheiro público, as licitações neste sistema são vantajosas financeiramente. Um bom exemplo desta economia é a licitação feita pela Caixa Econômica Federal (CEF), no final de 2005, para aquisição de 27 mil equipamentos de informática. O valor total estimado pela CEF era de aproximadamente R\$ 103 milhões, mas com o pregão o banco gastou R\$ 62 milhões. Nas licitações feitas através do pregão eletrônico, as empresas lançam um edital especificando a mercadoria ou serviço que desejam. No caso da Alerj, os fornecedores interessados terão de procurar o Banco do Brasil para se inscrever



Eduardo Fiúza (esq.), da ALMG, explicou o sistema a Ivan Vital e Marcus Billé, da Alerj

Ato define normas para licitação eletrônica

O ato normativo que regulamenta o pregão eletrônico na Alerj determina que as licitações feitas por este sistema ficam restritas à aquisição de bens e serviços comuns – cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser definidos por meio de especificações usuais no mercado. Ou seja, o comprador não poderá pedir a adaptação de equipamentos ou serviços para licitação.

O ato define, ainda, que enquanto a Assembléia não desenvolver ou adquirir tecnologia de informação capaz de gerenciar pregões, os mesmos serão realizados por entidades especificamente

contratadas para tal, por isto o convênio com o Banco do Brasil, que, assim como a Caixa Econômica Federal, oferece o serviço aos interessados.

Durante a fase externa do pregão eletrônico, o procedimento será iniciado por meio de publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, e a íntegra do edital deverá estar disponível no endereço eletrônico da Casa (www.alerj.rj.gov.br) e na sede da Comissão Permanente de Licitações. Para habilitação no sistema, fica admitido qualquer certificado de registro cadastral emitido por ente da Federação.

no pregão. Normalmente, o leilão é muito rápido, durando cerca de 10 a 20 minutos, e se divide em duas fases. Na primeira, todos os lances são próximos ao valor máximo estabelecido, e tem um determinado tempo de duração. Já na segunda fase, chamada de randômica, as empresas baixam muito os valores para conseguir vencer a licitação. Isto porque, como indica o nome da fase, o tempo de duração dos lances é aleatório, nem o próprio banco tem controle sobre ele. É o computador quem determina, podendo ser de três mi-

nutos ou 30 segundos. Quando o tempo termina, a empresa que tiver oferecido o menor lance ganha a licitação.

Algumas licitações não podem ser feitas através deste método, como, por exemplo, para a contratação de serviços de engenharia. Outro fator importante lembrado pelo diretor-geral da Alerj, José Geraldo Machado, é que algumas licitações não podem ser decididas apenas pelo preço. “É importante se avaliar a qualidade do material oferecido, como é o caso de obras públicas”, ressaltou.

Leis e projetos buscam igualdade de tratamento para gays e lésbicas

Deputados analisam criação de delegacia especializada

CLARISSE BRETAS E THAYSSA PLUM

Loren Alexandre foi levar um amigo travesti que estava sentindo-se mal a um hospital municipal do Rio de Janeiro. “Fizemos o prontuário e eu dei o meu nome como responsável por ela. Quando a atendente olhou minha identidade e viu que eu também era travesti, começou a nos destratar e deixou outros passarem na nossa frente. As pessoas riam e comentavam, olhando para nós. Esperamos uma hora e meia e fomos para outro hospital, onde fomos bem atendidas”, conta. Este testemunho de preconceito e discriminação é mais comum do que se imagina. Desde os seis anos de idade, quando se descobriu homossexual, Loren enfrenta discriminação: na rua, na vizinhança e na escola. “Inicialmente nem minha família aceitou, mas depois meus parentes entenderam e me receberam com muito carinho”, garante Loren, proprietária de um salão de beleza e presidente do Movimento de Gays, Travestis e Transformistas (MGTT), que realiza ações em busca da cidadania plena dos homossexuais. Assim como o grupo de Loren, deputados também atuam na defesa desse segmento e combatem o preconceito, na esperança de tornar relatos como o de Loren mais raros no estado do Rio.

O projeto de lei 3.250/06, da deputada Alice Tamborindeguy (PSDB), autoriza o Executivo a criar uma delegacia especializada de atendimento a homossexuais e afins. Segundo a parlamentar, a necessidade da delegacia foi levantada em uma reunião da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual “Recebemos muitas denúncias de maus tratos aos homossexuais nas delegacias. O ideal é que estas pessoas sejam respeitados em todas as delegacias. Como isso não acontece, eu propus uma especializada em atendê-los com dignidade”, justifica Tamborindeguy. Segundo ela, a proposta também cria cons-

ciência em relação ao problema e respeito à causa. Loren e Malena Pherrary, organizadora da Parada do Orgulho Gay, Lésbico, Bissexual e Transgênero de Nova Iguaçu, apostam na idéia. “Muitos homossexuais são discriminados e agredidos verbal ou fisicamente, mas não denunciam porque sofrem deboche por parte dos policiais. Em uma delegacia especializada, seríamos bem atendidos por profissionais qualificados”, acredita Loren. Malena se diz a favor de todas as leis que ponham um basta ao preconceito.

Além da delegacia especializada, a representante do MGTT aplaude ainda o projeto de resolução 1.334/06, também de autoria da deputada Alice, que cria a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos dos Homossexuais. “Essa seria uma janela aberta para que representantes de todos os municípios do estado lutassem contra o preconceito e a favor da cidadania plena dos homossexuais. A comissão seria uma frente efetiva e permanente, onde haveria parlamentares buscando o

Projetos estabelecem a igualdade de direitos civis a homossexuais

cumprimento das leis”, defende Loren. Segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, deputado Geraldo Moreira (PMN), a livre opção sexual é um direito de todos. “Um Estado democrático inclui o respeito às minorias, e quanto maior for esse respeito, mais legítima é a democracia”, lembra Moreira.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos também ressalta a necessidade de uma legislação que proteja os gays, as lésbicas, os bissexuais e os transgêneros (GLBT). “Há casais homossexuais que constroem juntos um patrimônio. Logo, devem ter o mesmo direito de dividi-lo”, exemplifica. Reconhecer os direitos destas pessoas foi o objetivo do deputado Carlos Minc (PT), presidente da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, e do ex-deputado Sérgio Cabral (PMDB),

ao apresentar o projeto que deu origem à Lei 3.786/02. A norma estende a parceiros do mesmo sexo os benefícios previdenciários em caso de morte de um deles. “União civil do mesmo sexo também satisfazem necessidades fundamentais e provêem a segurança e o aconchego em horas de crise, inclusive na velhice. Assegurar esses direitos é reconhecer a responsabilidade que um ser humano tem com o outro”, acredita Minc. Já o projeto de lei 2.050/04, de autoria da deputada Cidinha Campos (PDT), que também integra a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, estende aos parceiros do mesmo sexo a assistência à saúde prestada aos servidores públicos estaduais. O projeto está em tramitação na Casa. “Minorias, como as mulheres, os pobres, os negros e os homossexuais, são discriminadas pela sociedade e pelo Estado. Somos iguais e devemos ser tratados igualmente”, defende Cidinha.

O combate à discriminação também está presente no projeto de lei 1.511/04, de autoria do deputado Gilberto Palmares (PT). A matéria institui o Dia Estadual de Combate à Homofobia como o dia 28 de junho. “Algumas pessoas dizem que a instituição desse dia iria estimular a homossexualidade, mas a intenção desse projeto é reservar um dia no calendário para divulgar ações que combatam a violência a esse segmento”, afirma o parlamentar. De acordo com Palmares, até hoje homossexuais são espancados e morrem por assumir sua orientação sexual.

Para o presidente da Frente, deputado Carlos Minc, é preciso criar um novo paradigma cultural que respeite a diversidade sexual. “A sociedade é muito preconceituosa, mas isso está mudando. Convivemos o preconceito e a agressão com leis avançadas e manifestações que reúnem milhares de pessoas”, afirma o parlamentar. Minc é autor, ainda, da Lei 3.406/00, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas por sua orientação sexual. “Não podemos aceitar tratamento diferenciado aos GLBT. A sexualidade é construída socialmente, e sua vivência está vinculada ao desejo, que se expressa de diferentes maneiras em cada um”, lembra.



O travesti Loren Alexandre posa em frente à Delegacia Especializada da Mulher e defende a criação de unidade para atender gays

O outro lado: deputados defendem mudança de orientação

Como uma Casa democrática que representa diferentes opiniões da sociedade, a Alerj também conta com parlamentares contrários a projetos e leis que dispõem sobre os direitos dos homossexuais. “Esse grupo é uma minoria, e eu não acredito que deva haver privilégios para uns em detrimento de outros. Todos têm o direito de escolher o seu parceiro, mas alguns projetos e leis tolhem o direito da maioria”, critica o deputado Flávio Bolsonaro (PP). Segundo ele, o homossexualismo é uma inversão de valores. “O normal, até por uma questão fisiológica, é a união entre um homem e uma mulher”, acrescenta.

Quem comunga das opiniões de Bolsonaro é o deputado Edino Fonseca (Prona). O parlamentar apresentou o projeto de lei 717/03, que cria um programa de auxílio às pessoas que voluntariamente quiserem mudar sua orientação sexual,

da homossexualidade para a heterossexualidade. “Entendo que o ser humano é livre e deve ser respeitado por suas escolhas, minoritárias ou não. Mas a homossexualidade não é um caminho sem volta”, defende Fonseca.

Segundo ele, estatísticas revelam que 75% dos homossexuais que fazem a operação de troca de sexo cometem suicídio, porque perdem o prazer sexual. “Há pessoas que vivem a homossexualidade e, voluntariamente, optam por mudar a sua escolha. É preciso que o poder público também as auxilie e reoriente”, justifica. O projeto foi apreciado em plenário em 2004 e arquivado. Para Edino Fonseca, a homossexualidade é um desvio de conduta fruto de uma orientação construída pelos pais, pela mídia, por um colega, por um professor ou por um trauma. “Ninguém nasce homossexual”, acredita.

EM DEBATE: FIM DA TARIFA DE EXPORTAÇÃO PARA ARMAS E MUNIÇÕES

JOSÉ NADER

DEPUTADO ESTADUAL PELO PTB

Responsabilidade

Augusto Carazza



Recentemente, vimos discussões sobre a proposta do Ministério da Defesa de eliminar a tarifa de exportação para armas e munições. O debate é polêmico e sofre pressões restritivas da opinião pública e das instituições, em resposta à ameaça imputada pela proliferação da violência. O tema divide opiniões e envolve diversos setores da sociedade, como os militares: na visão deles, tarifar em 150% as exportações para nações vizinhas impede um ganho de escala da indústria nacional de armamento, a qual poderia se modernizar, gerar empregos e reduzir custos para a forças armadas e policiais.

Outros segmentos da sociedade sustentam que, após a taxa em 150% nas exportações de armamentos houve redução significativa de armas brasileiras no mercado de países vizinhos, apesar dos descontroles da tríplice fronteira de Iguaçu. Com isso, as armas fabricadas aqui, mas compradas lá fora, passaram a abastecer, em menor proporção, o mercado interno, para suprir os arsenais dos bandidos.

Alguns dizem que a medida é equivocada porque não evita o contrabando e prejudica a indústria nacional; outros afirmam que o fim da alíquota é um retrocesso, pois o crime vai se armar ainda mais. Entretanto, gostaria de colocar algumas questões: tributar excessivamente a produção nacional reduz a entrada de armas em nosso País? E o armamento estrangeiro, que continua sendo vendido a preços menores que os nacionais, não abastece a criminalidade também? Tributando, resolveremos a causa da criminalidade? Tarifar as exportações de armas e munições

“Tributar a produção nacional reduz a entrada de armas no país?”

impedirá que facções criminosas de dentro de presídios controlem o tráfico de armas e drogas com o uso de celulares, assim como a onda de falsos seqüestros que se utilizam do mesmo meio para seus fins? Penso que não! Se tributar fosse a solução, por analogia, seria o mesmo fazer com os celulares o que é feito com armamento.

O assunto exige uma política consistente, que só terá frutos quando os governos melhorarem a capacidade do Estado para controlar a circulação de armas de fogo e proteger os cidadãos da violência armada, o que não pode, também, deixar de incluir o rejuvenescimento de nossas leis penais.

GERALDO MOREIRA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMN

Risco desnecessário

Augusto Carazza



Reza a boa doutrina política e social que, em matéria de fortalecimento dos direitos humanos, área onde militamos por dever de ofício, na atualidade, temos que ser sempre radicais e universais em nossas posições. Ocorre, então, que nesse debate da tarifação do comércio exterior de armas e munições (redução de incidência de 150%), recentemente suscitado pelo Ministério da Defesa, não há como ter meio-termo.

Vale aqui firmar, por oportuno, posicionamentos iniciais em torno de alguns pré-requisitos estratégicos de inspiração democrática, que sejam capazes de promover mudança no quadro atual: necessidade de pesquisarmos, mais a fundo, as raízes dos problemas que colocam em risco os direitos básicos da pessoa humana, com vistas a tornar o acesso às armas e munições bem mais oneroso e devidamente supervisionado pelo poder público; a importância de assumirmos posições nacionais e internacionais por parte da União, estabelecidas no campo do “deve ser” comportamental (políticas públicas) deste ramo industrial especializado.

Afinal, por que acostumarmo-nos a tratar armas e munições como se fossem tão somente mercadorias comuns e correntes, sem fazermos a crítica de sua origem e destino? Não há como banalizar o assunto. Autoridades civis e militares sabem muito bem que é completamente diferente a pretensa instalação de uma fábrica de tecidos em contraposição à expansão previsível do ramo armamentista.

Por isso, a elevação “artificial” do preço da arma é, na verdade, um recurso absolutamente válido no cerceamento à criminalidade.

Nosso entendimento do assunto em tela é que estamos colocados frente a atitudes comerciais no plano do relacionamento externo, inspiradas em medidas pseudoliberalizantes que, se adotadas, trarão reflexos internos de facilitação do armamentismo que, ao fim e ao cabo, nos comprometem como povo solidário e atento à melhoria da nossa imagem internacional.

Valerá a pena que nós, brasileiros, corramos riscos nesse pantanoso terreno, em nome de divisas adicionais e mercados dessa natureza? Entendemos que não!

“Valerá a pena que corramos riscos em nome de divisas adicionais?”

Ação coloca em xeque TV de plasma

LIMINAR OBRIGA FABRICANTES A INFORMAR SOBRE DIFERENÇA DE IMAGEM ANALÓGICA NOS TELEVISORES DIGITAIS

FERNANDA PEDROSA

A juíza Márcia Cunha, da 2ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, determinou, no dia 12, que os fabricantes de TVs de plasma informem aos consumidores que a qualidade da imagem desses televisores no sistema transmissor brasileiro não é a que prometem os anúncios. A decisão foi tomada com base na ação coletiva de consumo movida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj, presidida pela deputada Cidinha Campos (PDT), contra os fabricantes de TVs de plasma, por publicidade enganosa. Ao deferir a liminar, a juíza determinou a imediata suspensão da publicidade do produto em todo tipo de mídia, e fixou multa diária de R\$ 100 mil pelo descumprimento da ordem.

A comissão constatou que os fabricantes não informam aos consumidores que as imagens em alta definição exibidas nas telas dos televisores de plasma em exposição nas lojas não se repetirão na casa do cliente, a não ser em condições especiais. Por ser digital, a TV de plasma trabalha com formato *widescreen* 16:9 (formato retangular, com 16 de largura e 9 de altura), usado no cinema e para a reprodução de filmes em DVD. No Brasil, no entanto, os programas de televisão nos canais abertos são transmitidos em sinal analógico, e a imagem é escalonada no chamado



Para Cidinha Campos, os fabricantes e as lojas estão praticando propaganda enganosa

formato padrão 4:3 (quatro de largura por três de altura). Ao assistir a canais abertos, a imagem será de 4:3, que ao ser esticada para os 16:9 da tela de plasma, sofrerá uma distorção, tornando-se pior do que a de qualquer televisão comum.

Os fabricantes não avisam aos consumidores que eles somente terão acesso a imagens perfeitas quando for adotado no Brasil o sistema de sinal digital, ou quando da reprodução de filmes em DVD. Além disso, mesmo em se tratando das TVs por assinatura, a maioria dos canais é exibida em 4:3 na tela de plasma, e duas tarjas pretas grandes surgem nas laterais. Caso as tarjas permaneçam por mais de

duas horas, mancham o plasma, causando o efeito *burn-in*, que consiste na queima da tela resultante de imagem estática.

Segundo a deputada Cidinha Campos, a Copa do Mundo vem sendo usada pelos fabricantes para influenciar os consumidores a comprarem TVs de plasma, como se fosse possível alcançar imagens perfeitas dos jogos nas telas desses televisores. “Além de não estarem prestando informações precisas e corretas aos consumidores, as lojas estão fazendo propaganda enganosa dessas mercadorias, práticas que ferem os princípios da boa-fé, da transparência e da ampla informação”, afirmou ela.

Bancos, planos de saúde e CET-Rio na mira da comissão

A ação movida contra os fabricantes de televisores de plasma soma-se a outras sete movidas pela Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj só este ano. Entre os acionados está a Agência Nacional de Saúde Suplementar, que autorizou os planos de saúde a aumentar suas tarifas em 8,89%, acima da inflação, e o Banco Central do Brasil, que não fiscaliza a acessibilidade nos caixas eletrônicos das agências bancárias.

Outra ação, movida contra CET-Rio e a Prefeitura do Rio de Janeiro, alega que os tíquetes emitidos nos lo-

cais de estacionamento administrados pela Prefeitura ferem o Código de Defesa do Consumidor e a Constituição federal. A comissão também foi à Justiça contra a Aneel e a Ampla, por conta da instalação de chips eletrônicos nos postes, impedindo o acompanhamento dos gastos pelo consumidor, e contra a Anatel e a Telemar, pelo fim do sistema pré-pago de telefonia fixa.

As ações judiciais movidas pela comissão, porém, são parte do campo de atuação da Defesa do Consumidor, que registrou um total de 7.878 aten-

dimentos entre janeiro e maio deste ano. Deste total, 3.917 foram registradas na unidade móvel da comissão, 889 na sala da comissão – que deve mudar-se do Palácio Tiradentes para o prédio na rua da Alfândega nas próximas semanas – 1.249 pelo Disque Consumidor (0800 28 27 060) e 235 pelo Alô, Alerj (0800 22 00 08). Pelo menos 4.800 reclamações encaminhadas à comissão foram solucionadas, e 2.984 aguardam resposta das empresas questionadas. Foram encaminhadas, ainda, ao Juizado Especial Cível, 16 reclamações.

ENTREVISTA ANDRÉ CORRÊA

DEPUTADO PELO PPS

'Devemos valorizar a convergência'

ALINE LEAL

A militância em quase 12 anos de vida pública do deputado André Corrêa (PPS) teve sempre um carro-chefe: a questão ambiental. Sua experiência como secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Governo do estado estendeu-se ao Parlamento, como presidente da Comissão Permanente de Saneamento Ambiental da Alerj. Líder do PPS na Assembléia, André Corrêa acredita que "lutar pelo meio ambiente é lutar pelo desenvolvimento econômico, preservando a qualidade de vida". Autor de diversas leis e projetos em dois mandatos, o deputado destaca dois que marcaram sua atividade parlamentar: a lei que oferece redução do ICMS para confecções no Estado do Rio de Janeiro e a emenda constitucional que veda a prática do nepotismo nos três poderes do estado, Ministério Público e Tribunal de Contas. "O nepotismo é um câncer na máquina pública", afirma.

Quais são as principais linhas de conduta da Comissão de Saneamento?

A comissão tem se dedicado a trabalhar em duas vertentes. A primeira diz respeito à discussão de um novo modelo de saneamento público para o estado, que passa por uma reestruturação total da Cedae, já que, infelizmente, a autarquia não cumpre a sua missão institucional de empresa, que é a de promover a saúde e proteger o meio ambiente. A outra vertente é a discussão de uma política de resíduos sólidos, do destino final do lixo urbano, que é um dos grandes problemas da Região Metropolitana do Rio.

Como o senhor avalia os resultados da comissão?

A Comissão de Saneamento Ambiental foi criada há dois anos, e mesmo com tão pouco tempo já realizamos traba-



Fabiano Veneza

lhos de grande relevância. Os principais instrumentos da comissão são a realização de audiências públicas, a publicação de material técnico e o acompanhamento de licitações. Realizamos, por exemplo, o I Seminário sobre Saneamento Ambiental do Rio de Janeiro, em 2004, além de reuniões técnicas,

"O diálogo é fundamental, e a manutenção de acordos firmados é primordial"

como a que analisou os processos das empresas Águas de Juturnaíba e Prolagos. Nesta caminhada, percebemos que as pessoas estão preocupadas com os problemas ambientais, mas que não têm acesso às instâncias administrativas dos órgãos públicos para encaminhar as reclamações. Queremos funcionar como intermediadores entre o poder público e o cidadão.

O senhor está no seu segundo man-

dato como deputado estadual. Qual o balanço desta experiência?

Tanto no Parlamento quanto na comissão aprendi que o diálogo é fundamental, e que a manutenção de acordos firmados é primordial. Devemos buscar agir mais pelas nossas convergências do que pelas nossas divergências. É um exercício permanente da construção de pontes para o diálogo e o bem comum. Como presidente da comissão, adquiri mais experiência em minha principal militância, que é o meio ambiente. Acredito que lutar pelo meio ambiente é lutar pelo desenvolvimento econômico preservando a qualidade de vida.

Qual o principal destaque de sua atividade parlamentar?

O meu principal projeto aprovado foi a emenda constitucional que acabou com o nepotismo no estado, que era um câncer na máquina pública. Outra lei da qual me orgulho é a que reduziu a alíquota de ICMS para confecções do estado do Rio, o que permitiu a este setor, depois de vários anos, voltar a crescer, contratar mão-de-obra e gerar novos empregos.